Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas

ENICC

RCM n.º 25/2013 de 27 de março

Relatório de execução

2015

REPÚBLICA PORTUGUESA

ACM
ALTO COMISSARIADO PARA AS MIGRAÇÕES

Índice

1. Sumário 3
2. Sobre o Relatório 5
2.1 Enquadramento 5
2.2 Processo de Monitorização 5
2.3 Produção do relatório 6
3. Principais ações implementadas 8
3.1 No Eixo Transversal 8
3.1.1 Grupo Consultivo para a Integração das Comunidades Ciganas (CONCIG) 8
3.1.2 Observatório das Comunidades Ciganas (OBCIG) 9
3.1.3 Ações de formação e campanhas de sensibilização de combate à discriminação 11
3.1.4 Ações de capacitação, associativismo e gestão de projectos. 12
3.1.5 Atribuição de apoios financeiros a associações ciganas 13
3.1.6 Fundo de Apoio à Estratégia Nacional (FAPE) 14
3.1.7 Ações de sensibilização e formação sobre história e cultura ciganas, bem como sobre a situação das comunidades ciganas em Portugal e na Europa. 15
3.1.8 Formação de Mediadores Ciganos 16
3.1.9 Ações desenvolvidas pelos Centros Locais de Ação Social - Segurança Social 17
3.2 No Eixo do Emprego e Formação 18
3.2.1 Sinalização e encaminhamento para medidas de formação e/ou emprego. 18
3.2.2 Formação para os técnicos do IEFP 18
3.3 No Eixo da Saúde 19
3.3.1 Ações de Formação/informação sobre educação para a saúde e serviços disponíveis 19
3.3.2 Ações de prevenção e sensibilização na área da saúde 19
4. Execução Global da Estratégia 22
4.1 Descrição da execução relativa ao ano 2015 22
4.2 Descrição da execução acumulada 2013-2015 24
4.3 Sobre a Taxa de concretização da ENICC 24
4.4 Sobre as Metas e Prioridades atingidas 25
4.5 Considerações finais 27

Sumário

1. Sumário

A 5 de abril de 2011, a Comissão Europeia através da sua comunicação "Um quadro europeu para as estratégias nacionais de integração dos ciganos até 2020" - COM(2011)173, convidou os Estados-Membros a desenhar estratégias nacionais ou conjunto integrado de medidas a favor da integração das comunidades ciganas, fazendo uso dos instrumentos existentes, em torno de quatro áreas fundamentais – Habitação, Saúde, Educação e Emprego. Este passo constituiu um momento decisivo rumo à criação de planos nacionais para as comunidades ciganas por toda a Europa, nomeadamente Portugal.

A Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas (ENICC), aprovada a 27 de março de 2013, Resolução do Conselho de Ministros n.º 25/2013, foi desenhada em torno dos quatros eixos referidos pela Comissão Europeia e ainda um quinto eixo, transversal, no âmbito do qual foram traçadas prioridades em áreas como a mediação, valorização das história e cultura ciganas, combate à discriminação, igualdade de género, entre outras. A Estratégia resulta do contributo de vários ministérios, municípios, organizações da sociedade civil, associações e representantes das comunidades ciganas, centros de estudos e peritos, entre outros, prevendo 40 prioridades e 148 metas.

Face à necessidade de acompanhar o processo de implementação da ENICC, foi desenvolvido um mecanismo de monitorização e reporte, por forma a identificar e corrigir, em tempo útil, eventuais desvios à planificação estabelecida em sede de aprovação da Estratégia. Deste modo, o mecanismo de monitorização dos indicadores da ENICC prevê que, a cada ação, cada Ponto Focal registe a informação sobre essa ação em formulário próprio, alimentando o quadro de monitorização da Estratégia.

O presente relatório foi produzido pelo Alto Comissariado para as Migrações (ACM), responsável pelo acompanhamento e monitorização da ENICC, documentando e sistematizando o conjunto de ações desenvolvidas e reportadas pelos Pontos Focais da Estratégia, em 2015, que concorreram para a execução das medidas e metas da Estratégia.

A informação que se apresenta foi recolhida entre janeiro e março de 2016, tendo sido recolhida informação quantitativa e qualitativa, relativa ao ano de implementação em análise - de 01/01/2015 a 31/12/2015 - tal como prevê o dispositivo de monitorização aprovado em reunião alargada de Pontos Focais da Estratégia, a 12 de Fevereiro de 2014.

Tal como foi anunciado pelo ACM a 08/04/2016[1], em 2015, de acordo com a informação recolhida junto dos Pontos Focais da Estratégia e em resultado da implementação das Prioridades e Medidas previstas, foram reportadas um total de 520 ações, tendo sido, na sua generalidade, realizadas ao abrigo dos Eixos Transversal (cerca de 47,69% do total de ações reportadas) e da Saúde (cerca de 46,54% das ações reportadas).

Se tivermos em conta a execução acumulada entre os anos 2013 e 2015, ou seja, toda a execução reportada até ao momento pelos vários Pontos Focais da ENICC, foram reportadas 668 ações neste período. Neste sentido, observa-se que continua a ser o Eixo Transversal aquele que oferece um maior contributo em termos do n.º de ações, representando 50,90% do total das acções desenvolvidas.

Quando considerados os dados globais de execução da ENICC até ao momento, combinando o exercício anterior de 2013-2014[2] e o presente exercício de 2015, observa-se que a taxa de concretização das metas da Estratégia, confrontando o n.º esperado e o n.º de metas efetivamente concretizadas entre 2013-2015, é de 96,77%.

A execução observada no âmbito do Eixo Transversal contribuiu, em larga medida, para a elevada execução da ENICC, registando este Eixo uma execução de 112,03%, ou seja, uma execução superior ao esperado, sendo que a criação do Fundo de Apoio à Estratégia Nacional (FAPE) foi determinante para este resultado.

[1] http://www.acm.gov.pt/-/acm-publica-balanco-preliminar-da-enicc
[2] http://www.acm.gov.pt/documents/10181/52642/relat%C3%B3rio2013-2014.pdf/50c0fba6-3221-4c61-8e30-3b087919738f

Sobre o relatório

2. Sobre o Relatório

2.1 Enquadramento

A 5 de Abril de 2011, na sua comunicação intitulada "Um quadro europeu para as estratégias nacionais de integração dos ciganos até 2020", reforçada pelo Conselho de 19 de maio de 2011, a Comissão Europeia exortou os Estados-Membros da União Europeia a desenhar estratégias nacionais ou conjunto integrado de medidas a favor da integração das comunidades ciganas, fazendo uso dos instrumentos existentes[3].

É neste contexto que a Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas (ENICC) é aprovada, Resolução do Conselho de Ministros n.º 25/2013 de 27 de março[4], cabendo a sua coordenação ao Alto Comissariado para as Migrações (ACM), anteriormente designado Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI).

A ENICC foi construída com o contributo das instituições responsáveis pelas diversas áreas que compõem a Estratégia – Educação, Habitação, Saúde e Emprego, assumindo estas, posteriormente, o papel de Pontos Focais da ENICC, ou seja, instituições responsáveis pela execução das medidas previstas e colaboração no reporte do conjunto de indicadores definidos.

2.2 Processo de Monitorização

Sendo a ENICC um plano de ação até o ano 2020, em linha com as conclusões do Conselho da União Europeia de 19 de maio de 2011, que chama a atenção para a necessidade e importância da implementação de mecanismos de coordenação, monitorização e avaliação das estratégias nacionais, importou desenvolver um mecanismo de monitorização e reporte, por forma a identificar e corrigir, em tempo útil, eventuais desvios à planificação estabelecida pelo conjunto de pontos focais em sede de aprovação da Estratégia.

Assim, o ACM preparou e desenvolveu um mecanismo de monitorização dos indicadores da ENICC, aprovado em reunião alargada de pontos focais a 12/02/2014, centrado na responsabilidade de reporte das instituições envolvidas e que irá permitir monitorizar e registar, sistematicamente, todas as ações que são realizadas ao abrigo da Estratégia.

O registo dos indicadores da ENICC e a informação que consta dos relatórios, conhecimento fundamental à produção de recomendações e ao processo de ajuste do plano, dependem, desta forma, do permanente e regular reporte de informação dos pontos focais.

O mecanismo de monitorização prevê que, a cada ação, cada ponto focal registe a informação correspondente em formulário próprio que alimenta o quadro de monitorização da Estratégia.

Anualmente, esta informação é recolhida e transmitida ao Grupo Consultivo para a Integração das Comunidades Ciganas (CONCIG), o qual poderá produzir um conjunto de recomendações que, quando devolvido aos pontos focais, dinamizadores das medidas/ações, será um elemento fundamental do eventual processo de ajuste da Estratégia.

O dispositivo de monitorização que está na base da elaboração do presente relatório, deve ser entendido como a principal ferramenta para a implementação de um processo de aprendizagem das instituições envolvidas e de criação de condições mais adequadas à concretização dos objetivos da Estratégia.

Os relatórios de execução surgem assim, não só como uma oportunidade de reflexão sobre os constrangimentos observados ao longo do processo de implementação da Estratégia e de identificação de eventuais soluções para os desvios encontrados, mas também como uma plataforma de apresentação dos progressos alcançados.

[3] http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:52011DC0173&from=EN
[4] http://www.acm.gov.pt/documents/10181/52642/RCM_ENNIC.pdf/8384c0f4-7c96-4979-90ba-73e5f565fd0b

2.3 Produção do relatório

O relatório foi produzido pelo Alto Comissariado para as Migrações (ACM), responsável pelo acompanhamento e monitorização da ENICC, documentando e sistematizando o conjunto de ações desenvolvidas e reportadas pelos Pontos Focais da Estratégia, em 2015, que concorreram para a execução das medidas e metas da Estratégia.

A informação que se apresenta foi recolhida entre janeiro e março de 2016, tendo sido recolhida informação quantitativa e qualitativa, relativa ao ano de implementação em análise - de 01/01/2015 a 31/12/2015 - tal como prevê o dispositivo de monitorização aprovado em reunião alargada de Pontos Focais da Estratégia, a 12 de Fevereiro de 2014.

Os progressos e resultados apresentados refletem, para o período definido, a execução global da Estratégia e os respetivos contributos de cada parceiro responsável por cada um dos Eixos, mas também o conjunto de constrangimentos e oportunidades do contexto de implementação a que cada um desses parceiros esteve exposto.

Assim, ainda que o relatório de execução e a sistematização da informação da Estratégia seja da responsabilidade do ACM, a execução e progresso reportados, apresentados em cada Eixo, é da responsabilidade de cada um dos Pontos Focais da ENICC responsáveis por cada uma das prioridades.

Para além da análise à execução anual da ENICC relativa a 2015, foi ainda necessário, como prevê a Estratégia, tratar a informação agregada e acumulada desde 2013, ano da sua aprovação e arranque por forma monitorizar o grau de cumprimento geral das metas definidas.

Principais ações implementadas

3. Principais ações implementadas

3.1 No Eixo Transversal

3.1.1 Grupo Consultivo para a Integração das Comunidades Ciganas (CONCIG)
(Prioridade 1 - Criar um Grupo Consultivo para a Integração das Comunidades Ciganas)

Criado a 24 de junho de 2013, no âmbito da Prioridade 1 da Estratégia Nacional para Integração das Comunidades Ciganas ("Criar um Grupo Consultivo para a Integração das Comunidades Ciganas"), o Grupo Consultivo para a Integração das Comunidades Ciganas (CONCIG), é composto por representantes de sete Ministérios, dos Governos Regionais da Madeira e Açores, dos Municípios e Freguesias, de organizações da sociedade civil e associações ciganas, de instituições de ensino superior ou investigação e cidadãos de reconhecido mérito[5].

O CONCIG tem como principais objetivos a apreciação da situação das comunidades ciganas em Portugal, de uma forma geral, e do progresso da implementação da ENICC, produzindo recomendações ao conjunto dos parceiros responsáveis pela execução das várias medidas previstas – Pontos Focais.

O Grupo Consultivo apresenta-se assim como uma plataforma abrangente e multisetorial para discussão da situação e integração das comunidades ciganas em Portugal e da implementação da Estratégia Nacional, envolvendo todos os setores da sociedade e todas as áreas de atuação, particularmente relevantes para a integração das comunidades ciganas.

Até a momento já se realizaram 7 reuniões do CONCIG, tendo sido realizadas 2 reuniões em 2015 – 24 de junho de 2015[6] e 10 de novembro de 2015[7].

Fig.1 - 7ª Reunião do CONCIG, Lisboa, 10/11/2015

Na 6.ª reunião do CONCIG, que se realizou por ocasião do Dia Nacional do Cigano, a 24 de junho de 2015, foram apresentadas as principais ações realizadas ao abrigo da ENICC no 2.º semestre de 2014 e 1.º semestre de 2015; a lista dos 11 projetos financiados pelo Fundo de Apoio à Estratégia Nacional (FAPE) 2015; a composição do Conselho Científico do Observatório das Comunidades Ciganas; o balanço das ações de formação sobre história e cultura ciganas para os técnicos do IEFP, e ainda o balanço geral de implementação da ENICC no período 2013-2014.

Na 7ª reunião do CONCIG, em novembro de 2015, foi apresentada a atividade do OBCIG desde a sua criação, em dezembro de 2014, bem como as linhas gerais das principais atividades a implementar até ao final do ano de 2015. Foram ainda convidados representantes de dois projetos financiados pelo FAPE, o Projeto "Sim!" da Associação

[5] http://www.acm.gov.pt/-/grupo-consultivo-para-a-integracao-das-comunidades-ciganas
[6] http://www.acm.gov.pt/documents/10181/165564/ata6_CONCIG_24062015.pdf/2fe4931b-73a1-4b05-8034-5f7c887c6b7c
[7] http://www.acm.gov.pt/documents/10181/165564/CONCIG_10112015_ata.pdf/d3c380a1-e61d-4879-813a-57a19475b9ce

Lifeshaker, e o Projeto "Ciga" da Associação Terras Dentro, que apresentaram as linhas gerais de cada projeto e as principais atividades implementadas. Neste âmbito, foi ainda apresentado um primeiro balanço dos resultados alcançados no conjunto dos 11 projetos apoiados pelo ACM no quadro do FAPE.

Para além da preparação do mandato para o novo triénio do CONCIG, foi ainda apresentada nesta reunião, as principais linhas de apoio para o ano 2016 nomeadamente, a segunda edição do Fundo de Apoio à Estratégia Nacional e os dois programas a lançar pelo ACM no âmbito do Programa Operacional para a Inclusão Social e Emprego (POISE – FSE) - o Programa de Integração Socioprofissional das Comunidades Ciganas e o Programa para a Mediação Intercultural Comunitária.

Fig.2 – Apresentação dos Projetos FAPE 2015, 10/11/2015

A reunião de novembro de 2015 constituiu a última reunião dos conselheiros com mandato para o triénio 2013-2015, pelo que a 8.ª reunião do CONCIG contará com os conselheiros indicados para o triénio 2016-2018.

3.1.2 Observatório das Comunidades Ciganas (OBCIG)[8]

(Prioridade 2 - Realizar um estudo nacional, de caráter transversal, que permita conhecer a situação social, económica e cultural das comunidades ciganas e promover diversos estudos no âmbito das ciências sociais)

Face à escassez de estudos e informação relativas às comunidades ciganas foi criado, em Dezembro de 2014, tal como estava previsto, o Observatório das Comunidades Ciganas (OBCIG).

O OBCIG tem como principais objetivos:

- Reunir e disponibilizar estudos, teses e outras publicações existentes, relacionadas com a temática das comunidades ciganas;
- Promover a edição de estudos com vista à melhoria do conhecimento existente na temática das comunidades ciganas;
- Promover e divulgar iniciativas ou eventos, como por exemplo seminários ou colóquios, que promovam o maior conhecimento da situação das comunidades ciganas e/ou permitam a formação dos atores-chave nesta temática.
- Divulgar a sua atividade e o conhecimento reunido, através de suportes diversificados, com vista à ampla disponibilização de informação;

[8] http://www.obcig.acm.gov.pt/

- Promover a cooperação e a articulação entre o ACM IP e instituições científicas e académicas, ao nível nacional e internacional;
- Sensibilizar e desconstruir mitos, representações e/ou estereótipos sobre as comunidades ciganas.

O Observatório das Comunidades Ciganas é uma unidade informal, não dispondo de qualquer estrutura própria, nem de um quadro de colaboradores permanentes. É uma rede, dirigida por um coordenador responsável pela respetiva atividade científica que responde perante o Alto Comissariado quanto à realização dos objetivos para que foi criado, estando o seu orçamento integrado no do ACM.

Após a sua criação no âmbito da Prioridade 2 da Estratégia Nacional, em 2015, o OBCIG preparou e implementou um plano de atividades em torno dos seus principais objetivos, tendo promovido as seguintes atividades:

- Apresentação do Estudo Nacional sobre as Comunidades Ciganas, a 20 de janeiro de 2015, em Lisboa. O estudo nacional promovido pelo ACM, foi financiado pelo Programa Operacional de Assistência Técnica (POAT) e levado a cabo pelo CEMRI e pelo CIES, tendo permitido estabelecer um retrato nacional da situação das comunidades ciganas em Portugal.
- Constituição do Conselho Científico do OBCIG – Constituído em abril de 2015 e tendo reunido por 5 vezes, é composto pela Doutora. Alexandra Castro, Profª Maria José Casa-Nova, Prof.ª Emília Martins, Doutora. Rosário Carneiro, Prof. Roque Amaro e Dr. Sérgio Aires.
- Aprofundamento dos dados apresentados pelos municípios no âmbito do Estudo Nacional sobre as Comunidades Ciganas no qual responderam 149 Municípios, tendo sido apurado o n.º de 24210 ciganos no território nacional. Deste modo, o OBCIG procurou recolher junto dos restantes municípios portugueses respostas que permitam complementar os resultados obtidos no referido estudo.
- Edição do n.º 9 da Coleção Olhares – Com vista à edição do n.º 9 da Coleção Olhares, a 25/11/2015, foi publicado convite[9] à apresentação de teses de doutoramento/mestrado/outros sobre as comunidades ciganas.
- Lançamento de Newletter do OBCIG – a primeira newsletter do OBCIG foi lançada a 23/07/2015 e a segunda em 23/12/2015.
- Criação do website do OBCIG – lançado em 23/07/2015.

Fig.3 – Página inicial do Website do OBCIG[10]

- Criação de página Facebook –em maio de 2015, permite a divulgação nas redes sociais não só da atividade do OBCIG, mas também de atividades relacionadas com a integração das comunidades ciganas em geral.
- Realização do "Encontro Temático em torno da Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas 2013 – 2020" - Organizado pelo OBCIG e contou com a parceria da linha "Novos Direitos" do Instituto Jurídico Interdisciplinar da Faculdade de Direito da Universidade do Porto (FDUP), da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP) e do Instituto de Sociologia (IS) da Universidade do Porto. O evento decorreu

[9] http://www.acm.gov.pt/-/teses-sobre-as-comunidades-ciganas-candidaturas-abertas-ate-31-de-dezembro
[10] http://www.obcig.acm.gov.pt/inicio

no dia 28 de outubro, na Faculdade de Direito da Universidade do Porto, tendo tido como objetivos a promoção da reflexão em torno das questões da cidadania e da educação para a democracia, desconstruindo mitos, representações e preconceitos existentes através da valorização social das pessoas e comunidades ciganas.

Fig.4 – Encontro temático em torno da Estratégia Nacional, Porto, 28/10/2015

- Balanço do FAPE 2015 – com vista à produção de recomendações sobre a implementação do Fundo de Apoio à Estratégia Nacional.

3.1.3 Ações de formação e campanhas de sensibilização de combate à discriminação
(Prioridade 3 – Promover o combate à discriminação e sensibilização da opinião pública)

Em 2015, no âmbito das ações de formação e sensibilização previstas na prioridade 3, o ACM, através do Gabinete de Apoio às Comunidades Ciganas (GACI) e da Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial (CICDR), desenvolveu um conjunto de acções com vista à sensibilização de públicos diversificados na área do combate à discriminação nomeadamente, técnicos de serviços públicos e de organizações da sociedade civil.

Na sequência da adaptação de um dos guias do Projeto Netkard[11], a Guarda Nacional Republicana realizou 14 acções de sensibilização dos seus efectivos territoriais na área do combate à discriminação, abrangendo 283 pessoas.

Fig.5 - Outdoor da campanha "Corta o preconceito", Associação Lifeshaker

[11] http://www.obcig.acm.gov.pt/-/net-kard-project-guia-pratico-dirigido-as-forcas-policiais-para-prevenir-a-discriminacao-das-comunidades-ciganas

Por outro lado, no quadro das actividades desenvolvidas pelos projectos financiados pelo FAPE (Fundo de Apoio à Estratégia), que permitiu aprofundar o trabalho desenvolvido nesta área, foram lançadas algumas campanhas de sensibilização no domínio do combate à discriminação e sensibilização da opinião pública, das quais se destacam:

- Campanha "Corta o Preconceito", promovida pela Associação Lifeshaker;
- Campanha desenvolvida no âmbito do Projeto "Conta Mais", promovido pelo Centro Abel Varzim, baseada em outdoors para a sensibilização e o combate à discriminação;
- Programa semanal de radio "SIM Sensibilizar, Incluir e Mobilizar", com 16 emissões, promovido pela Associação Beira Serra.

Fig.6 – Outdoor do Projeto Conta Mais, Centro Abel Varzim (FAPE2015-039)

Com a execução observada, através das acções descritas foi possível concretizar duas das metas traçadas para esta prioridade – "*Realização de, pelo menos, 24 ações de formação/sensibilização até 2020*" e "*Realização de três campanhas de combate à discriminação junto da opinião pública até 2020*". No entanto, face à necessidade e importância de continuar a aprofundar o trabalho desenvolvido no combate à discriminação, prevê-se que se continuem a registar resultados nesta prioridade nomeadamente, na promoção de posteriores ações e campanhas de sensibilização.

3.1.4 Ações de capacitação, associativismo e gestão de projectos.

(Prioridade 5 – Incentivar à participação das comunidades ciganas, enquanto exercício de cidadania)

Reconhecendo a importância de apoiar a criação de projetos sustentáveis que respondam a problemas sociais concretos, o Alto Comissariado para as Migrações, no âmbito da Prioridade 5 da Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas promoveu um Bootcamp em Empreendedorismo Social, com o objetivo geral de capacitar e motivar os intervenientes no processo de desenvolvimento de iniciativas e na criação de ideias sustentáveis que contribuam para a resolução de problemas sociais.

Fig.7 – Bootcamp, 15-17 de Fevereiro, Lisboa

O IES-SBS foi a entidade formadora do Bootcamp, que decorreu de 15 a 17 de fevereiro, na Pousada da Juventude do Parque das Nações, em Lisboa, com a duração de 48h, por forma a dar formação sobre modelos de negócio social aos participantes e apoiá-los na construção e desenho das ideias.

Estiveram presentes 31 participantes, nomeadamente, técnicos de autarquias e outras instituições públicas e privadas, mediadores e dinamizadores comunitários ciganos que, após constituírem equipas de trabalho para o efeito, apresentaram 7 ideias.

A ideia vencedora foi a campanha "Latchin Sastipen – Boa Saúde", baseada na criação de um vídeo, com atores ciganos, de modo a sensibilizar e levar à mudança de atitude das comunidades ciganas no que toca a hábitos e práticas de saúde. Os elementos da equipa vencedora, através da Associação Letras Nómadas, apresentaram a ideia em candidatura ao FAPE 2015, tendo esta vindo a merecer mais tarde a aprovação por parte do ACM.

Enquadradas pela Prioridade 5 e com um reforço das actividades implementadas pelos projectos FAPE2015, foram ainda realizadas várias ações de capacitação e formação nas áreas do associativismo e gestão de projetos, reforçadas pelo conjunto de apoios atribuídos, a organizações da sociedade civil, nomeadamente associações ciganas como a Associação Letras Nómadas, a Associação de Mulheres Ciganas de Portugal e a Associação Social Recreativa e Cultural Cigana de Coimbra.

Os resultados atingidos permitiram concretizar duas das metas previstas para esta prioridade – "*Realização de 4 ações de formação sobre associativismo até 2015*" e "*Promover ações de formação para a gestão de projetos*".

3.1.5 Atribuição de apoios financeiros a associações ciganas

(Prioridade 5 – Incentivar à participação das comunidades ciganas, enquanto exercício de cidadania)

Através do lançamento do FAPE 2015, foram criadas condições para apoiar as organizações que trabalham no terreno e que melhor conhecem as necessidades e oportunidades de intervenção junto das comunidades ciganas. Foi possível apoiar 11 organizações da sociedade civil, das quais se destacam 2 associações ciganas - a Associação Letras Nómadas e a Associação de Mulheres Ciganas Portuguesas (AMUCIP).

Fig.8 – Cerimónia de entrega do prémio de melhor aluno de cultura Rom do Concelho de Condeixa-a-Nova

Por outro lado, através de Protocolo de Cooperação, foi possível apoiar a Associação Social Recreativa e Cultural Cigana de Coimbra para a entrega do "Prémio para o melhor aluno Rom de Condeixa-a-Nova", em novembro de 2015.

3.1.6 Fundo de Apoio à Estratégia Nacional (FAPE)

(Prioridade 6 – Apoiar iniciativas/projetos de organizações da sociedade civil e da Academia)

Criado, em 2014, no âmbito da Prioridade 6 da ENICC "Apoiar iniciativas/projetos de organizações da sociedade civil e da Academia", o FAPE tem como objetivo criar condições de apoio a projetos de organizações da sociedade civil e suportar um conjunto diversificado de ações previstas na ENICC para o ano de 2015.

Após o período de seleção de candidaturas, foram alvo dos apoios financeiros e que atingiram o valor total de 50.000,00€, 11 organizações, 2 delas associações ciganas, para promoção de ações nas tipologias previstas:

- Ações de formação/sensibilização com vista ao combate da discriminação das comunidades ciganas e à promoção do diálogo intercultural entre estas e a sociedade maioritária;
- Ações de formação para a cidadania focalizadas no desenvolvimento de competências e na participação comunitária;
- Ações de formação para o associativismo;
- Ações/Iniciativas de promoção de atividades económicas e empreendedoras.

Fig.9 – Cerimónia de assinatura dos protocolos FAPE 2015, Lisboa, 14 de maio de 2015

Com a implementação do FAPE, em 2015, no conjunto dos 11 projetos apoiados, foi possível atingir os seguintes resultados, entre outros:

- 33 ações de formação/sensibilização com vista ao combate da discriminação das comunidades ciganas e à promoção do diálogo intercultural entre estas e a sociedade maioritária, para 841 participantes; num total de 546 horas de formação/sensibilização;

Fig.10 – Video do projeto "Integra-te"

- 9 Ações de formação/sensibilização para a cidadania focalizadas no desenvolvimento de competências e na participação comunitária, onde participaram 143 pessoas, num total de 249 horas de formação/sensibilização;
- 1 Ação de formação para o associativismo para 22 participantes; num total de 32 horas de formação/sensibilização;
- 7 Seminários.

Fig.11 - Programa do fórum final do Projeto "Cultura Cigana em Movimento"

O FAPE 2015 representou um grande contributo para o reforço e execução das prioridades da Estratégia Nacional nomeadamente, para as Prioridades 3, 4, 5, 7, 8 (do Eixo transversal), 20 (do Eixo da Educação), 37 e 38 (do Eixo da Saúde).

Com a criação do FAPE e o financiamento de vários projetos de organizações da sociedade civil de todo o país, foi possível estabelecer um quadro estruturado de financiamento que permitiu, já em 2015, concretizar e no futuro superar largamente, a meta traçada nesta prioridade- "Atribuição de apoio financeiro a 8 iniciativas/projetos de organizações de sociedade civil, até 2020".

3.1.7 Ações de sensibilização e formação sobre história e cultura ciganas, bem como sobre a situação das comunidades ciganas em Portugal e na Europa.
(Prioridade 7 - Valorização da história e cultura ciganas)

No âmbito da atividade do Gabinete de Apoio às Comunidades Ciganas (GACI) do ACM, em 2015, foi promovido um volume considerável de ações de formação e sensibilização dirigidas a públicos variados com o objetivo de dar a conhecer a história e cultura ciganas, bem como a situação das comunidades ciganas de uma forma geral, por forma a estimular práticas de técnicos e organizações mais ajustadas às características sociais e culturais das comunidades ciganas.

Estas ações assumem particular importância pelo facto de, em 2015, terem permitido a formação de técnicos do IEFP das várias delegações regionais (Prioridade 30), tendo sido iniciadas também para os técnicos dos centros distritais da Segurança Social (Prioridade 16), por forma a sensibilizar/capacitar os profissionais e promover práticas dos serviços públicos mais ajustadas à diversidade cultural.

Fig. 12 – Ação de formação para técnicos do IEFP, Coimbra, Março de 2015

Por outro lado, no âmbito dos projectos FAPE 2015, 7 dos 11 projetos apoiados promoveram acções diversificadas neste domínio, complementando a atuação do ACM a neste nível e que contribuíram para a elevada execução que se verifica na Prioridade 7.

Com o progresso observado na prioridade 7, co contributo adicional de alguns projectos FAPE, regista-se a concretização da meta "*Realização de 20 formações em história e cultura ciganas*" que, em todo o caso, dada a sua importância, continuará a ser aprofundada nos anos seguintes.

3.1.8 Formação de Mediadores Ciganos

(Prioridade 12 – Promover ações de formação de mediadores socioculturais ciganos)

Em 2009, o Alto Comissariado para as Migrações, considerando a experiência positiva nos últimos anos da atuação dos mediadores ciganos em contextos interculturais, lançou, com o financiamento inicial do Instituto de Segurança Social I.P. e posteriormente do Programa Operacional Potencial Humano – FSE, o Projeto Mediadores Municipais por forma a, em parceria com os municípios e organizações da sociedade civil, facilitar o acesso das comunidades ciganas aos equipamentos e serviços públicos, através da formação e colocação de mediadores ciganos nos serviços municipais.

Fig. 13 – Cerimónia de Assinatura dos protocolos da I Fase do Projecto Mediadores Municipais

Coordenado nacionalmente pelo ACM, o Projeto[12] foi definido localmente pelos municípios, organizações da sociedade civil parceiras e comunidades ciganas através do desenho de um plano local de intervenção.

Assim, a 30 de junho de 2015 terminou a II fase do projeto e que se tinha iniciado, em outubro de 2011, com 6 municípios. A primeira fase do Projeto iniciou-se, em 2009, com 15 municípios e terminou em setembro de 2013.

[12] http://www.obcig.acm.gov.pt/-/mediadores-municipais-ciganos-balanco-da-avaliacao-de-um-projeto-experimental-2009-2013-relatorio-sintese

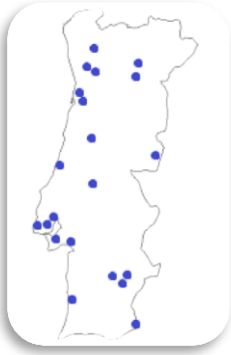

Fig. 14 – Distribuição dos 21 municípios abrangidos pelo Projeto 2009-2015

A implementação do Projeto Mediadores Municipais contribuiu, em 2015, mas também nos anos anteriores, para o progresso da implementação de várias prioridades da Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas (ENICC) nomeadamente, as prioridades 5, 9, 14, 15 e 31,no âmbito das quais foi criada a Associação de Mediadores Ciganos de Portugal (AMEC-Portugal), sediada em Beja e que tem como associados os vários mediadores que participaram no Projeto de 2009 a 2015.

Com a conclusão da II fase do Projecto Mediadores Municipais nomeadamente, com o fim da acção de formação contínua correspondente, verifica-se a concretização da meta "Realização de quatro ações de formação de mediadores, até 2020" da prioridade 12.

3.1.9 Ações desenvolvidas pelos Centros Locais de Ação Social - Segurança Social

Na dimensão Segurança Social do Eixo Transversal, concretamente no âmbito da Prioridade 15, foram sinalizadas pelo Instituto de Segurança Social, 185 ações desenvolvidas pelos vários Centros Locais de Ação Social com as comunidades ciganas de todo o país.

Fig. 15 – Logotipo do ISS, I.P.

3.2 No Eixo do Emprego e Formação

3.2.1 Sinalização e encaminhamento para medidas de formação e/ou emprego.

(Prioridade 30 - Promover um maior conhecimento das comunidades ciganas)

Ao nível do Eixo do Emprego e Formação, registaram-se avanços significativos no ano de 2015. Neste ano, foram sinalizados nos serviços 2485 candidatos das comunidades ciganas, os quais resultaram em 4226 intervenções e 2081 encaminhamentos para programas e medidas de emprego e formação.

Fig. 16 – Logotipo do IEFP, I.P.

Deste modo, verificam-se ainda os seguintes resultados atingidos pela ENICC neste domínio, ainda que não tenha sido possível retratar aqui o impacto das medidas existentes sobre todos os portugueses ciganos que efectivamente delas beneficiaram:

- Dos encaminhamentos efetuados junto de 2008 desempregados, foram integrados 1037 candidatos em medidas de formação (985) e em medidas de emprego (52);
- Colocação de 2 candidatos em Estágios Emprego e integração de 15 jovens na medida Emprego jovem Ativo, no âmbito da medida Garantia Jovem;
- Contratualização de 308 novos Planos Pessoais de Emprego com desempregados abrangidos pela ENICC;
- Após desencadeados os mecanismos necessários à integração dos candidatos sinalizados, foram apresentadas ofertas a 335 candidatos, tendo sido possível obter a colocação de 17 pessoas.
- Colocação de 17 pessoas em ofertas de emprego;
- Encaminhamento de 84 candidatos para as medidas Contrato Emprego-Inserção e Contrato Emprego-Inserção+, tendo sido integrados 34 pessoas.
- Encaminhamento para formação profissional e vida ativa de 1960 candidatos, dos quais 985 foram integrados nestas acções;
- Realização de sessões individuais de orientação para 362 pessoas e de sessões coletivas de orientação para 193 pessoas.

3.2.2 Formação para os técnicos do IEFP

(Prioridade 31 - Capacitar os serviços e adequar respostas formativas às especificidades das comunidades ciganas)

No âmbito de articulação desenvolvida ao abrigo das prioridades 3, 7, 30 e 31, nomeadamente da parceria entre o Gabinete de Apoio às Comunidades Ciganas do Alto Comissariado para as Migrações e o Departamento de Formação do IEFP, foi possível realizar, ao longo do ano de 2015, várias acções de formação dirigidas aos técnicos das várias delegações regionais do Instituto de Emprego e Formação Profissional.

Fig. 17 – Ação de formação para técnicos do IEFP, Lisboa, 2015

Foram abrangidos por estas ações 89 técnicos que avaliaram positivamente o trabalho desenvolvido e a importância das ações para a promoção de serviços públicos mais adaptados e ajustados à realidade sociocultural das comunidades ciganas.

3.3 No Eixo da Saúde

3.3.1 Ações de Formação/informação sobre educação para a saúde e serviços disponíveis

(Prioridade 37 - Promover ações de formação/informação sobre educação para a saúde e serviços disponíveis)

No âmbito do trabalho desenvolvido pelas várias Administrações Regionais de Saúde, nomeadamente dos Agrupamentos de Centros de Saúde e Unidades de Saúde Pública, foram realizadas até ao momento 76 ações, no âmbito da ENICC, em todo o país e utilizando meios e materiais adaptados a estas comunidades, exclusivamente dirigidas às comunidades ciganas ou nas quais as comunidades ciganas fazem parte dos públicos abrangidos.

O elevado n.º de acções registado[13] permitiu concretizar a meta traçada para a Prioridade 38.

3.3.2 Ações de prevenção e sensibilização na área da saúde

(Prioridade 38 - Contribuir para ganhos em saúde das comunidades ciganas, apostando na prevenção)

No âmbito da Prioridade 38 "*Contribuir para ganhos em saúde das comunidades ciganas, apostando na prevenção",* em 2015, foram desenvolvidas 153 ações de informação/sensibilização sobre maternidade precoce, acompanhamento pediátrico, hábitos de alimentação saudáveis, com a colaboração dos serviços e organizações da sociedade civil que trabalham nesta área.

[13] Devido à dificuldade da Direção-Geral de Saúde na sinalização e reporte de todas as acções desenvolvidas no território nacional em 2013 e 2014, dificuldade corrigida em 2015, o n.º de acções global apresentado acumula o n.º de acções de 2013 a 2015.

Fig.18 – Campanha Latchin Sastipen ("Boa Saúde"), Associação Letras Nómadas

Ainda nesta prioridade há a destacar o contributo de uma campanha de sensibilização na área da saúde desenvolvida pelo projeto da Associação Letras Nómadas, financiado pelo FAPE2015, designada "Latchim Sastipen – Boa Saúde", composta por 6 videos de sensibilização das comunidades ciganas para temas como hábitos alimentares saudáveis, automedicação e acompanhamento médico e de saúde materno-infantil. Os 6 vídeos que compõem a campanha podem ser vistos na plataforma Youtube[14].

[14] https://www.youtube.com/watch?v=Sim34pYeLnk

Execução Global da Estratégia

4. Execução Global da Estratégia

Os dados apresentados neste capítulo decorrem da análise da execução observada face à execução esperada para o ano de 2015, bem como da caracterização geral do conjunto de ações implementadas, até ao momento, ao abrigo da Estratégia Nacional e desde a sua aprovação, em 2013.

A informação que se apresenta foi recolhida entre janeiro e março de 2016, tendo sido recolhida informação quantitativa e qualitativa, relativa ao ano de implementação em análise - de 01/01/2015 a 31/12/2015 - tal como prevê o dispositivo de monitorização aprovado em reunião alargada de Pontos Focais da Estratégia, a 12 de Fevereiro de 2014.

Por outro lado, por forma a proceder uma análise da execução acumulada da Estratégia, num segundo momento, foram combinados os dados de execução de 2015 com os dados relativos ao exercício de reporte anterior de 2013-2014[15] Recorde-se que a informação relativa a 2013-2014 resultou da recolha de dados de execução junto dos Pontos Focais da Estratégia, tendo decorrido em duas fases – a I fase, em fevereiro de 2014 e a II fase, em fevereiro de 2015 – recolhendo a informação quantitativa e qualitativa associada.

4.1 Descrição da execução relativa ao ano 2015

Em 2015, de acordo com a informação recolhida junto dos Pontos Focais da Estratégia e em resultado da implementação das Prioridades e Medidas previstas, foram reportadas um total de 520 ações, o que constitui um avanço significativo em número de acções relativamente ao período de reporte anterior.

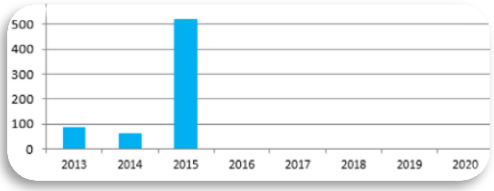

Fig.19 – Número de ações realizadas ao abrigo da ENICC até ao momento

No entanto, algumas das acções reportadas em 2015 e abrangidas pelo presente exercício, corresponderão ao período de 2013-2014 nomeadamente, no Eixo da Saúde, dada a dificuldade na sua sinalização e levantamento aquando do exercício de reporte anterior pelo que apenas agora, após a correcção dessas dificuldades, foi possível registá-las e reportá-las em sede de relatório de execução. Em todo o caso, como é perceptível, foi assegurada a não duplicação de acções reportadas ao abrigo do dispositivo estabelecido.

O Eixo Transversal, à semelhança da situação observada no exercício anterior, em larga medida por ser o Eixo com um maior n.º de prioridades previstas e parceiros envolvidos, foi o eixo com o maior peso no que diz respeito às acções desenvolvidas em 2015 (47,69%), imediatamente seguido pelo Eixo da Saúde (46,54).

[15] http://www.acm.gov.pt/documents/10181/52642/relat%C3%B3rio2013-2014.pdf/50c0fba6-3221-4c61-8e30-3b087919738f

Eixo	N.º	%
Transversal	248	47,69
Educação	20	3,85
Habitação	1	0,19
Emprego e Formação	9	1,73
Saúde	242	46,54
	520	*100*

Fig.20 – Percentagem e número de acções por Eixo relativas a 2015

No que diz respeito à tipologia das ações realizadas em 2015, à semelhança do relatório anterior, destacam-se as "ações de formação ou ações/campanhas de sensibilização", correspondendo a 81,92% das ações realizadas, sendo que este dado está claramente associado ao reporte concentrado deste tipo de acções na área da saúde acima referido.

O n.º crescente de pedidos para a realização de acções de formação e sensibilização nas áreas do combate à discriminação e valorização da história e cultura ciganas, para públicos diversificados nomeadamente, técnicos de serviços públicos e organizações da sociedade civil, mas também o perfil dos Pontos Focais responsáveis por este tipo de acções, combinados com o suporte e enquadramento oferecidos pelo financiamento de projectos ao abrigo do FAPE, favoreceu o maior dinamismo das medidas da Estratégia com esta tipologia.

Tal como seria de esperar, a tipologia de acção "Ações de Diagnóstico e de preparação", ao contrário do peso elevado que tinha no arranque da Estratégia Nacional (2013-2014) por forma a preparar e a lançar as medidas mais estruturais da ENICC, assumiu um valor residual.

Tipologia	%
Formação/ sensibilização/ Campanhas	81,92
Criação de recurso/ linha financiamento/ apoio financeiro	3,08
Disseminação/Divulgação	2,31
Diagnóstico/Preparação	1,73
Outras	10,96
	100

Fig.21 – Percentagem das tipologias das acções de 2015

O Fundo de Apoio à Estratégia Nacional (FAPE), destacou-se como um grande motor de promoção de acções e uma ferramenta de dinamização e envolvimento das organizações da sociedade civil na implementação das prioridades prevista na Estratégia Nacional, nomeadamente de associações ciganas, representando as atividades desenvolvidas pelos 11 projetos FAPE aprovados cerca de 25% do total de atividades realizadas no âmbito da ENICC neste ano.

4.2 Descrição da execução acumulada 2013-2015

Quando tido em conta a execução acumulada entre os anos 2013 e 2015, ou seja, toda a execução reportada até ao momento pelos vários Pontos Focais da ENICC, foram reportadas 668 ações neste período. Neste sentido, observa-se que é o Eixo Transversal aquele que oferece um maior contributo global em termos do n.º de ações, representando 50,90% do total das ações, seguido dos Eixos da Saúde (36,38%) e da Educação (7,93%).

Eixo	N.º	%
Transversal	340	50,90
Educação	53	7,93
Habitação	10	1,50
Emprego e Formação	22	3,29
Saúde	243	36,38
	668	*100*

Fig.22 – Percentagem e número de acções acumulados por Eixo (2013-2015)

No que diz respeito à tipologia das ações, são as "ações de formação e sensibilização" que assumem um maior peso no total de ações realizadas até ao momento (70,81%), seguidas de ações mais estruturais de "implementação de Projetos/Parcerias" (6,14%) que sofreram um grande impulso pela criação do FAPE.

Tipologia	%
Formação/ sensibilização/ Campanhas	70,81
Implementação Projetos/parcerias	6,14
Diagnóstico/Preparação	4,19
Disseminação/Divulgação	3,59
Criação de recurso/ linha financiamento/ apoio financeiro	3,14
Criação de recurso técnico-pedagógico	1,05
Outras	11,08
	100

Fig.21 – Percentagem acumulada das tipologias das acções (2013-2015)

4.3 Sobre a Taxa de concretização da ENICC

Quando considerados os dados globais de execução da ENICC até ao momento, combinando o exercício anterior de 2013-2014 e o presente exercício de 2015, observa-se que a taxa de concretização das metas da Estratégia, confrontando o n.º esperado e o n.º de metas efetivamente concretizadas entre 2013-2015, é de 96,77%.

Esta taxa tem em conta que, nesta fase de implementação, era esperada a concretização de 31 metas, distribuídas pelos vários Eixos da Estratégia, sendo que, até ao momento, foram concretizadas 30. A este nível, importa referir que 20 das 31 metas (64,52%) com concretização prevista entre 2013 e 2015, foram efetivamente concretizadas, registando-se que 11 (35,48%) ainda não reuniram as condições necessárias à sua concretização (2 metas no Eixo da Educação e 9 no Eixo do Emprego e Formação)[16]. Esta situação é compensada pela concretização de 10 metas

[16] *Em alguns casos, ainda não foi possível obter a informação necessária ao apuramento do seu grau de concretização efetivo.*

adicionais, cuja execução era expectável num momento posterior de implementação da Estratégia (2 no Eixo da Educação, 1 no Eixo do Emprego e 6 no Eixo Transversal).

À semelhança da situação registada no período 2013-2014, a execução observada no âmbito do Eixo Transversal contribuiu, em larga medida, para a elevada execução da ENICC, registando este Eixo, neste momento, uma execução de 112,03%, ou seja, uma execução superior ao esperado. Esta realidade é ainda visível e reforçada pelo facto das Metas e Prioridades do Eixo Transversal assumirem um peso considerável no que toca ao conjunto das várias Metas (70,59%) e Prioridades (70%) que registam um nível de execução superior ao esperado.

Eixo	%
Transversal	70
Educação	10
Habitação	0
Emprego e Formação	0
Saúde	20
	100

Fig.22 - Percentagem de prioridades que registam uma execução superior ao esperado por eixo

Eixo	%
Transversal	70,59
Educação	11,76
Habitação	0
Emprego e Formação	5,88
Saúde	11,76
	100

Fig.23 - Percentagem de metas que registam uma execução superior ao esperado por eixo

Este dado é reforçado, globalmente, pelo facto de 77% das metas da Estratégia registarem uma execução igual ou até mesmo superior ao esperado.

4.4 Sobre as Metas e Prioridades atingidas

Em resultado da concretização da taxa de concretização referida na seção anterior, há a reportar, até ao momento, a concretização das seguintes prioridades:

Eixo	Ponto Focal responsável	Prioridade concretizada
Transversal	ACM	*Prioridade 6 - Apoiar iniciativas/projetos de organizações da sociedade civil e da Academia*
		Prioridade 12 – Promover a formação de mediadores socioculturais ciganos
Habitação	IHRU	*Prioridade 26 – Melhorar o conhecimento da situação habitacional das comunidades ciganas*
Saúde	DGS	*Prioridade 37 – Promover ações de formação/informação sobre educação para a saúde e serviços disponíveis*

Fig. 24 – Prioridades concretizadas (2013-2015)

Para a concretização destas 4 Prioridades contribuiu a concretização das seguintes metas:

Eixo	Prioridade enquadradora	Meta atingida
Transversal	Prioridade 1. Criar um Grupo Consultivo para a Integração das Comunidades Ciganas	*Criação de um Grupo Consultivo em 2013.*
	Prioridade 2. Realizar um estudo nacional, de caráter transversal, que permita conhecer a situação social, económica e cultural das comunidades ciganas e promover diversos estudos no âmbito das ciências sociais	*Realização de um estudo nacional, até 2014.*
		Criação do Observatório das Comunidades Ciganas, até 2014
	Prioridade 3. Promover o combate à discriminação e sensibilização da opinião pública	*Realização de, pelo menos, 24 ações de formação/sensibilização, até 2020.*
		Realização de três campanhas de combate à discriminação junto da opinião pública, até 2020.
	Prioridade 5. Incentivar à participação das comunidades ciganas, enquanto exercício de cidadania	*Realização de 4 ações de formação sobre associativismo, até 2015.*
		Realização de 4 ações de formação sobre gestão de projetos, até 2015.
	Prioridade 6. Apoiar iniciativas/projetos de organizações da sociedade civil e da Academia	*Atribuição de apoio financeiro a 8 iniciativas/projetos de organizações de sociedade civil, até 2020.*
	Prioridade 7. Valorização da história e cultura ciganas	*Realização de 20 formações em história e cultura ciganas.*
		Realização de 16 formações em diálogo intercultural no âmbito da Bolsa de Formadores do ACM, I.P.
		Atribuição de financiamento a seis iniciativas/projectos na área da promoção da cultura cigana, até 2020.
	Prioridade 9. Investir em estratégias de empoderamento das mulheres ciganas através da mediação e do associativismo femininos	*Incentivo ao associativismo cigano, até 2020.*
	Prioridade 10. Promover a integração das forças de segurança e serviços da justiça nas parcerias locais	*Estabelecimento de parcerias locais para 100% dos convites formulados junto das forças de segurança e serviços de justiça.*
	Prioridade 12. Promover a formação de mediadores socioculturais ciganos	*Realização de quatro ações de formação de mediadores, até 2020.*
Educação	Prioridade 22. Prevenir o abandono escolar precoce	*Estabelecimento de parcerias em 10 agrupamentos e/ou TEIP, até 2016.*
		Estabelecimento de parcerias em 20 agrupamentos e/ou TEIP, até 2020.
Habitação	Prioridade 26. Melhorar o conhecimento da situação habitacional das comunidades ciganas	*Promoção de, pelo menos um estudo, até 2020.*

Emprego e Formação	Prioridade 30. Promover um maior conhecimento das comunidades ciganas	*Identificar potenciais destinatários da iniciativa, em 2013.*
		Promover a inscrição nos Centros de Emprego de ciganos desempregados e ou à procura do 1.º emprego, ou proceder à atualização dos registos já existentes, em 2013.
		Fazer o levantamento de intervenções anteriores e encaminhamento para medidas de formação e/ou emprego, em 2013, com início logo após a conclusão da fase anterior.
	Prioridade 31. Capacitar os serviços e adequar respostas formativas às especificidades das comunidades ciganas	*Realização de ações de formação a partir do 2.º semestre de 2013;*
		Identificar as necessidades de formação e ajustar as ferramentas existentes, em 2013, com repetição sempre que se identifiquem novas necessidades de formação.
	Prioridade 32. Potenciar o acesso ao emprego por conta de outrem e à criação do próprio emprego	*Contratualizar as ações a implementar, em 2013.*
		Ajustar em ofertas de emprego disponíveis, início em 2013.
		Recorrer à rede Gabinete de Inserção Profissional (GIP) como complemento dos Centros de Emprego, 2013 e anos seguintes.
		Ativar a medida Contrato Emprego Inserção (CEI +), início em 2013.
		Ativar o Programa Estágios Profissionais – qualificação mínima nível 2 (candidatos com mais de 30 anos); nível 4 (candidatos até 30 anos), início em 2013.
	Prioridade 33. Aumentar as qualificações profissionais com vista à integração no mercado de trabalho	*Adquirir, reforçar e reconhecer as qualificações para a integração profissional (por via da frequência de formação profissional e de processos de RVCC). 300 intervenções individuais de orientação, até 2020.*
Saúde	Prioridade 37. Promover ações de formação/informação sobre educação para a saúde e serviços disponíveis	*Promoção de 10 campanhas de informação adaptadas às especificidades das comunidades ciganas, 5 até 2016, e 5, até 2020.*
	Prioridade 38. Contribuir para ganhos em saúde das comunidades ciganas, apostando na prevenção	*Realização de cinco sessões por ano de informação/sensibilização sobre maternidade precoce, acompanhamento pediátrico, hábitos de alimentação saudáveis, com a colaboração dos serviços e organizações da sociedade civil que trabalham nesta área, até 2020.*

Fig. 25 – Metas concretizadas (2013-2015)

4.5 Considerações finais

Um dos desafios à implementação da Estratégia Nacional, identificado no exercício de avaliação anterior, face à complexidade dos problemas a trabalhar, foi a necessidade de envolvimento de um conjunto alargado de entidades públicas e privadas para a concretização das várias prioridades previstas em cada uma das áreas.

Neste quadro, os pontos focais sinalizaram a necessidade de reforço da cooperação e articulação dos vários Pontos Focais da ENICC e as organizações da sociedade civil, para a concretização de alguns dos objetivos estabelecidos.

Deste modo, foi sinalizada a necessidade da criação de um mecanismo de participação e envolvimento de organizações da sociedade civil, nomeadamente associações ciganas, a academia e os municípios, para a concretização das metas traçadas. Este desafio levou o Alto Comissariado para as Migrações, enquanto coordenador nacional da ENICC, a criar o "FAPE – Fundo de Apoio à ENICC" que permitiria, através de uma linha de financiamento a projetos, articular um conjunto de prioridades estabelecidas no plano, o enquadramento institucional oferecido pela

Estratégia e os respetivos Pontos Focais, com ações concretas no terreno e articuladas com planos de desenvolvimento locais.

Era tida a expectativa, nesta altura, que o primeiro ano de execução do FAPE, em 2015, permitiria corrigir o ligeiro desfasamento observado em algumas das prioridades no período de execução de 2013-2014.

Tal como esperado, o Fundo de Apoio à Estratégia Nacional (FAPE), lançado pelo ACM, em janeiro de 2015, destacou-se como ferramenta de dinamização e envolvimento efetivos das organizações da sociedade civil, nomeadamente de associações ciganas, representando as atividades desenvolvidas pelos 11 projetos FAPE aprovados cerca de 25% do total de ações realizadas no âmbito da ENICC, em 2015, e cerca de 20% do total das acções promovidas globalmente pela Estratégia até ao momento.

Desta forma, o FAPE já contribuiu, diretamente, para 10 das 40 prioridades da ENICC e para 11,49% das metas previstas, tendo sido ainda decisivo no progresso registado, em 2015, de 6 prioridades e 11 metas, nomeadamente naquelas que registaram vários constrangimentos à sua concretização em 2013-2014.